

Extender a lei de Jogo (Decreto-Lei n.º 422/89) às "Loot Boxes" em video jogos

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República,

As empresas de video jogos evitam que "Loot Boxes" predatórias sejam definidas como apostas em itens técnicos recebidos não podem ser trocados por dinheiro, apesar de claramente estarem jogando de outra forma. Atualizem a Lei do Jogo (Decreto-Lei n.º 422/89) para incluir compras que fornecem itens digitais aleatórios, mesmo que eles não tenham valor monetário.

Várias pessoas, incluindo crianças compram estas "Loot Boxes" que são um autêntico casino online sem qualquer regulamentação, criando problemas de vício e problemas de ordem financeira para as famílias.

Tomem o exemplo de países como a Bélgica e Holanda, que já estão a banir "Loot Boxes" e o Reino Unido que está a estudar o caso.

Subscritor(es)

Paulo José Correia Paulino